

A portrait of Orlando Joia, an elderly man with white hair, a full white beard, and glasses. He is wearing a dark, collared shirt. The background is a bookshelf filled with books. The entire image has a blue color overlay.

# Orlando Joia

Professor, diretor  
e sempre aluno

*A reportagem “Orlando Joia: professor, diretor e sempre aluno” é parte de uma série mais abrangente, “Santa Cruz de perfil” (de retratos diversos, com padres e educadores – professores e funcionários – da escola), que se propõe a reunir e recuperar a história do Colégio. Esta edição foi redigida por Luisa Destri. Agosto de 2022*

# Orlando Joia

Professor, diretor  
e sempre aluno

As características que colegas, amigos e alunos destacam em Orlando Joia têm afinidades profundas com o projeto pedagógico do curso que ele ajudou a moldar nas décadas de 1970 e 1980 e dirigiu de 1990 a 2017: o Supletivo do Santa Cruz, iniciado em 1974. Colaborativo, democrático, cuidadoso e trabalhador, o diretor não deixava de atuar como educador nem quando fazia serviços administrativos – dos quais, por prazer, sempre dava um jeito de se ocupar. Como fruto de seu trabalho, os atuais Cursos Noturnos, que incluem a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional Técnica, se consolidaram e se expandiram, mantendo sua principal característica pedagógica, a valorização da experiência do aluno.

**Por Luisa Destri**



A suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia do novo coronavírus, em março de 2020, pegou de surpresa um estudante que estava entusiasmado por retornar à universidade. Matriculado como aluno especial, modalidade de inscrição em disciplina isolada, ele havia assistido à primeira aula de um curso de pós-graduação na Faculdade de Letras sobre *commedia dell'arte* e tinha algumas razões para se destacar entre a turma. A primeira delas, o fato de que não pretendia ingressar regularmente no curso de mestrado ou doutorado: graduado em Ciências Biológicas, estava ali por interesse pessoal pelo teatro popular europeu do Renascimento, expressão de seu amor à arte e ao conhecimento. Além disso, ele havia se aposentado fazia pouco mais de dois anos e, mesmo após mais de quarenta entre alunos e educadores, não escondia sua animação com a vivência do ambiente estudantil. “Aula presencial é a melhor coisa que existe, e a hora do cafezinho é o momento mais importante”, afirma, com a entonação de quem se deleita com lembranças ou projeções.

É provável que poucos leitores associem essa fala e esse perfil a alguém que atuou por quase trinta anos como diretor escolar. Mas amigos, colegas e ex-alunos garantem que Orlando Joia, que esteve à frente da Educação de Jovens e Adultos do Colégio Santa Cruz de 1990 a 2017, sempre foi mesmo assim. “Ele não parecia um diretor. Havia momentos em que a gente esquecia que essa era a posição dele. Não porque ele se esvaziava de autoridade; pelo contrário. A autoridade dele vinha do nível de horizontalidade em que ele conseguia se colocar com os professores, com as pessoas da secretaria e com os alunos”, afirma seu sucessor, Fernando Frochtengarten, atual diretor dos Cursos Noturnos. Oswaldo Kappa Suzuki, professor de Matemática que estabeleceu uma frutífera parceria com Joia ao ocupar a vice-direção da EJA do início da década de 1990 até sua aposentadoria, em 2015, esclarece de outra maneira esse mesmo traço: “Faz parte do estilo dele. Ele entra no local, na roda, e não se anuncia. Se a pessoa não sabe que ele é diretor, vai ficar sem saber; ele faz as mesmas coisas que os demais. Houve momentos

de surpresa, em que os alunos diziam: ‘Nossa, mas ele é diretor? Eu não sabia e me dirigi a ele como se fosse aluno também’”. Luciana Marques Ferraz, coordenadora pedagógica no Ensino Fundamental 1 da EJA e professora de Língua Portuguesa no 6º ano do curso regular, também corrobora: “Sabe um diretor que é educador cem por cento do tempo, com relação a tudo? Um diretor que entra na sala de professores e não muda o ambiente, porque a gente se sente tão à vontade, um diretor que você encontra varrendo o pátio em uma festa junina ou fazendo um trabalho manual. É uma proximidade muito grande entre a vida intelectual e a vida prática”.

Capaz de gerar estranhamento entre quem valoriza a hierarquia, essa maneira de ser tem afinidades profundas com o projeto pedagógico do curso que Orlando dirigiu. Voltada para pessoas que não concluíram os estudos na idade regularmente prevista, a EJA do Santa Cruz se tornou referência nacional cultivando uma maneira democrática de pensar o processo educativo – algo que Kappa resume como “a troca de informações em sala de aula sem se pautar na hierarquia de professor e aluno”. E completa: “A gente sempre incentivou o professor a não usar dessa forma de poder e não fazer dela um meio para instrumentalizar o ensino e a aprendizagem. Acho que por isso mesmo Orlando se deu muito bem nessa função”.

O perfil democrático de Orlando como educador encarnava a proposta pedagógica do curso que ele dirigiu de 1990 a 2017.

Orlando se tornou professor do Santa Cruz em 1976, contratado para lecionar Ciências para turmas de EJA equivalentes hoje ao Ensino Fundamental 2 no curso regular. Mas já conhecia a escola desde o ano anterior, quando havia colaborado em uma pesquisa de opinião realizada com

os alunos. “Eu fiquei entusiasmado com aquele clima, que era muito contagiante. Mais do que me apaixonar por uma modalidade de ensino, eu fiquei interessado pelo clima de animação, de desafio”, recorda-se, opondo esse espírito de liberdade às condições políticas da época, já que o Brasil vivia então o mais duro período do regime militar. “Quase tudo tinha uma sombra. A gente estava sempre se preocupando se podia ou não podia fazer as coisas”, resume. Não era o início de sua atuação como professor nem de sua vida profissional, mas a chegada ao Colégio inauguraria um longo ciclo de novidades, aprendizagens e descobertas.

## Encontro

Nascido em 1947 em Nipoã, município na região de São José do Rio Preto, no interior paulista, Orlando chegou a São Paulo na década de 1960 e terminou o Ensino Médio na capital. “A minha escolaridade sempre foi meio bagunçada. Era um tal de entra e sai, eu não conseguia ir à escola por causa do trabalho. Eu me criei no campo, em uma situação difícil. Minha família era trabalhadora, eu aos dez anos trabalhava”, conta, evidenciando a afinidade entre a sua trajetória e a de seus futuros alunos. Na capital, trabalhou primeiro em um “botequim sem-vergonha” no Paraíso, perto de uma fábrica. “Eu achava um absurdo: o pessoal que entrava às 6h chegava ali um pouco antes e entornava uma cachaça”, recorda-se. “Nos primeiros seis ou sete anos em São Paulo, morei em uma pensão onde moravam também trabalhadores braçais, com quem eu convivia em condição normal, porque eu também era trabalhador.” Depois de fazer um curso de datilografia, foi trabalhar em escritório. Entrou na USP em 1970 e, após terminar o bacharelado e a licenciatura, em 1975, começou a dar aulas.

“Quando cheguei ao Santa, eu não me espantei muito com as pessoas, mas me espantei com o modo como eles pensavam a Ciência, os conceitos e a vida”, ele se recorda, argumentando que sua própria origem trabalhadora não o salvou do estranhamento. “Quando se debruça

sobre isso porque tem a função de ensinar, você toma um susto. É uma função difícil ensinar matemática ou alfabetizar um grupo de pessoas que têm escassa experiência com o escrito”, afirma, esclarecendo como logo de início se alterou sua compreensão social da linguagem: “Naquela época, eu achava que esses alunos não tinham nada dessa experiência, e depois descobri que têm, mas de outra natureza. Uma coisa é carta de família, outra é a lei; uma coisa é romance, outra é cordel – são muitas as formas, e mesmo das escritas você pode participar não sendo alfabetizado”.

Filho de agricultores, Orlando começou a trabalhar aos dez anos e teve escolaridade irregular na educação básica, como boa parte de seus alunos.

A dimensão reveladora do encontro com o aluno é frequente entre os educadores que ingressam no corpo docente da EJA. Pato Papaterra, que estava ainda para completar o Ensino Médio do Santa quando começou a atuar como monitor voluntário de Português na EJA, acabou logo formando um grupo de teatro com alunos e permaneceu no curso como professor de Artes até 2018, quando se aposentou: “Eu tinha 17, 18 anos, e de repente eu tinha a responsabilidade de organizar um grupo de teatro com pessoas de outra classe social. No início, eu tinha medo. Acho que todo mundo que participa da elite tem esse medo de entrar numa comunidade por perceber que é diferente, que ali você não tem a linguagem daquelas pessoas. Eu comecei a adquirir essa linguagem, a ser convidado a entrar na casa dessas pessoas, e conheci um novo mundo que eu desconhecia. Foi a maior riqueza que eu encontrei ali”. Frochtengarten, contratado por Orlando quando tinha 25 anos e pou-



ca experiência profissional, conta que, ao chegar, viveu um “choque cultural atravessado por uma questão de classe”. “Eu era um branco diante de alunos e alunas negras, um cara de classe média diante de pessoas de baixa renda, eu era um jovem urbano, do universo letrado, em contato com migrantes”, ele reflete, explicando que este era o perfil preponderante entre os alunos do curso. “Foi a primeira vez que eu problematizei a mim mesmo diante disso, e foi também uma experiência que me fez reler experiências anteriores certamente importantes para me formar, me preparar, me deixar disponível para a EJA”, reflete.

Quando o assunto são experiências que o futuro revela como formadoras, Orlando puxa episódios de sua infância. “A professora da escola multisseriada da roça estava fazendo aquela leitura bem tradicional, sem diálogo, sobre os alimentos – quais são legumes, quais são verduras. As pessoas da roça sabiam o que era fruta, o que era verdura. Aí um aluno perguntou o que era legume, e ela respondeu que legume era aquilo que dava em vagem”, conta, esclarecendo que a professora havia confundido a família das leguminosas, como feijão, com frutos e raízes comumente chamados de legumes, como abóbora e cenoura. “Depois ela fez algumas perguntas para ver se a gente tinha entendido. Aí um colega nosso, chamado Aristides, levantou a mão e falou: ‘arroz é legume, a gente planta na vargem!’”, relata, divertindo-se. “‘Vargem’ era a maneira como a gente falava ‘várzea’. Cada confusão linguística!”

Memórias como essa vinham à tona quando, atuando como professor ou diretor, Orlando captava ruídos devidos a sentidos diferentes atribuídos por educadores e alunos a uma mesma palavra – por exemplo, quando uma professora de Língua Portuguesa estava ensinando para a turma a diferença entre substantivos concretos e abstratos. Depois de ouvir como explicação que os primeiros designam as coisas do mundo que podemos tocar, e os outros, aquelas que não podemos, um aluno concluiu: “Então cobra é substantivo abstrato, porque não dá para pegar!”. Tirando proveito do efeito cômico do episódio, ele reflete sobre o desenvolvimento de sua capacidade de observação, que credita a dois

fatores principais: um interno, a sua timidez extrema quando criança; o outro, externo: a rigidez do ensino na época. “Não tinha clima de discussão. Os alunos eram para ouvir, executar. Falar, só quando o professor perguntasse, ou para repetir uma informação ou resolver algum problema”, relembra.

## Iniciação

No início da atuação da equipe, um dos primeiros sentidos da experimentação dizia respeito à própria ideia do que seria o Supletivo, como então se chamava o curso, regulamentado pela versão de 1971 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assim definia sua finalidade legal: “Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria” e “proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte”. A legislação sugeria, em outras palavras, que se tratava de reproduzir o ensino regular, mas este ponto de partida estava longe de ser pacífico entre os educadores. Quando, no início da década de 1970, o então diretor geral, padre Corbeil, convidou o professor e ex-aluno do Santa Cruz Sérgio Haddad a conceber e implementar o curso, a intenção era concretizar pedagogicamente a missão social da iniciativa. Seguindo o Concílio Vaticano II, que, realizado entre 1962 e 1965, preconizava o atendimento a populações menos favorecidas, o Colégio, já na época prestando serviços de assistência social, decidiu democratizar o seu atendimento. “Levando-se em conta a atuação da Igreja no seu movimento de opção aos pobres e as características dos estudantes, os objetivos de um curso voltado para os interesses de uma educação popular devem estar diretamente ligados à ampliação da participação social destes grupos, diminuindo os desequilíbrios existentes, e contribuindo, desta forma, para a construção de uma sociedade mais justa”, escreve o primeiro diretor da EJA em Uma proposta

de educação popular no ensino supletivo, dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Educação da USP em 1982, em que conta a experiência de criação.

“Tradicionalmente se diz às pessoas: ‘vá para o Supletivo fazer o curso que você perdeu’, como se a EJA tivesse que suprir a escolaridade perdida no menor tempo. Não tem mágica que faça isso”, explica Haddad, que, justamente por esse motivo, além de reunir uma equipe interessada em transformar a realidade brasileira por meio da educação, buscou estratégias para alimentar os educadores com referências e experiências capazes de produzir reflexões que moldassem suas práticas. Havia reuniões semanais, aos sábados, com palestras de profissionais externos, grupos de estudo, dinâmicas entre os próprios educadores. Orlando assim descreve a experiência de entrar para o corpo docente dois anos após a inauguração do curso: “Era um clima bom, um clima de ‘não sabe, vai atrás’. Não precisava ser sábio, mas não era para ser medíocre. Esperava-se que o professor estivesse em formação permanente, embora a gente nunca tenha usado essa palavra”.

Concebida coletivamente e na prática pelos educadores, a EJA do Santa Cruz é marcada desde o início pela valorização do saber do aluno.

Nesse ambiente foram forjados pilares que ainda hoje sustentam a EJA do Colégio: ensino de qualidade inicialmente por preço apenas simbólico e atualmente gratuito; criação de classes com base na avaliação de habilidades e conhecimentos dos alunos ingressantes; incorporação e valorização da cultura própria do aluno nas atividades didáticas e culturais; incentivo à participação do aluno na vida escolar; visita a espaços culturais e de estudo, na cidade de São Paulo ou em municípios próximos; valorização da expressão artística. “A educação popular não é

uma educação a favor do povo feita pelos de cima, é uma educação que leva em conta o modo de pensar, de sentir e de reagir daquelas pessoas que estão lá na sala de aula”, explica Orlando. Isso significa que até mesmo o trabalho realizado em sala se baseia na preocupação permanente com a realidade dos alunos. “A gente criou esse clima de você ter que dar boas soluções pedagógicas para os problemas que existiam. Essas soluções não eram prontas, não precisavam ter sido escritas por ninguém, mas a gente tinha que estudar pra caramba”, ele acrescenta.

Uma das referências fundamentais a esse projeto pedagógico é, desde o início, Paulo Freire, que, após uma bem-sucedida experiência em Angicos, no interior do Rio Grande do Norte, havia sido convidado pelo governo federal a estruturar o Plano Nacional de Alfabetização. Com a promessa de alfabetizar quase 2 milhões dos 20 milhões de jovens e adultos brasileiros que não sabiam ler nem escrever, o programa foi suspenso algumas semanas antes de seu lançamento, quando os militares tomaram o poder. Isso não impediu, contudo, que seu pensamento circulasse: “A gente foi lendo, estudando, tentando aplicar, escrevendo, convidando pessoas que já tinham experiências no período anterior a 1964, que tinham vivido aquele momento para contar um pouco como era”, lembra Haddad, que em 2019 se tornaria biógrafo do mestre ao lançar *O educador: um perfil de Paulo Freire*.

Nesse primeiro momento, o diálogo com o autor de *Educação como prática da liberdade* (1965) se dava de maneira mais ampla, considerando suas reflexões em torno da educação de jovens e adultos, já que nos primeiros anos o curso do Santa Cruz não incluiu as fases iniciais de letramento. Em 1970, havia sido criado o Mobral, Movimento Brasileiro de Alfabetização, cujas atividades eram suficientes para a demanda que havia na região do Santa Cruz. Os alunos chegavam para completar o Ensino Fundamental 1 com algum domínio de leitura e escrita, muitas vezes encaminhados por professoras que já conheciam o Colégio. “Mais tarde, com a desarticulação desse programa do governo federal, a gente começou a abrir salas para os não alfabetizados”, conta Orlando, que

acompanhou esse processo como professor. Em 1978, ele passou a lecionar no ciclo então equivalente ao Primário (hoje Ensino Fundamental 1), assumindo as aulas de Matemática, disciplina que, por uma mudança curricular realizada na época, passou a reunir também sob esse nome o programa de Ciências. “Foi a parte mais interessante da minha carreira no Santa Cruz, porque eu tive que aprender o que é ensinar matemática, isto é, alfabetização matemática, sem ser professor dessa disciplina. Mas foi uma delícia, foi uma das partes mais interessantes da minha vida e meu interesse focou nisso. Era trabalhar com o modo de pensar desses alunos”, lembra, com um brilho nos olhos que dá ainda mais ênfase à expressão de seu entusiasmo.

## **Escola e cultura**

Na abertura para a maneira como pensam os estudantes repousa boa parte do projeto pedagógico da EJA. “Para construir propostas de ensino, é preciso levar em conta a situação em que os alunos estão. Nem sempre a gente sabia fazer isso. Já preparei cada aula que eu achava maravilhosa – chegava lá, o aluno não achava grande coisa. Às vezes era o contrário: uma aula que eu achava meio frágil os alunos gostavam”, recorda-se Orlando. Ele se lembra de uma situação em que deveria abordar com os alunos, em Ciências, a estrutura da matéria – o que lhe pareceu um desafio, considerando a precária escolaridade anterior da turma. A estratégia se apresentou no contato com os alunos: “Comecei perguntando o que faziam no trabalho. Um aluno falou que era soldador, e com o soldador eu me entendi. Perguntei o que acontecia ao se aproximar a máquina de solda do metal – ele derrete, tudo bem. E de um tijolo? Ele que se quebra. Aí propus esta pergunta: ‘Por que quebra?’, e a partir daí consegui me aproximar da ideia de que a matéria é formada de partículas cada vez menores, que o calor é capaz de desagregar e que só conseguimos pensá-las como possibilidade, não podemos vê-las”.

A presença do mundo do trabalho na sala de aula é a realidade

cotidiana do curso. “Temos cozinheiras de primeira linha entre as alunas”, conta Luciana Marques Ferraz, “uma delas traz um bolo e a gente convida a escrever a receita. É muito mágico quando ela consegue colocar uma experiência pessoal que é tão maravilhosa no papel para que outras pessoas possam também fazer a receita”. Confessando-se encantada com o processo de alfabetização – “quando os alunos adultos aprendem a ler, é uma sensação indescritível” –, ela conta que a importância de colocar as vivências em palavras não se limita à escrita. “Às vezes, os alunos tiveram experiências tão profundas, mas não falaram a respeito. Quando se encontram e ouvem que sua história não é única, que se une com a história de muitos outros (isso é o espaço coletivo da escola), ele vai vendo que não está sozinho naquela situação, então se forma uma rede, e essa rede ajuda não só na leitura, na escrita, mas no enfrentamento da vida, que, no caso da maioria dos alunos da EJA, não é fácil”, afirma.

O mundo do trabalho e o repertório dos estudantes podem mudar o rumo de uma aula, criando um diálogo direto com a experiência da turma.

Giba Pamplona, que, como Luciana, atuou tanto no curso regular como no noturno do Santa Cruz, conta como o andamento das aulas era diferente em cada caso. “Coincidia de eu dar aula de manhã para um adolescente e, à noite, para a pessoa que trabalhava na casa dele. São duas visões de educação diferentes e dois mundos diferentes. Com o adulto, você aprende toda aula. O adolescente também traz coisas novas, mas, por causa de sua idade, tem uma bagagem cultural pequena”, afirma o professor de Geografia, que se lembra de uma aula a respeito do corte da cana de açúcar. “Uma aluna levantou a mão e disse: ‘Quando eu tinha dez anos, lá em Alagoas, eu cortava cana’. Essa

experiência eu aproveitava muito. É lógico que eu tinha planejamento, mas, diante de uma situação de vida de um aluno ou uma aluna, eu decidia seguir outro caminho.”

No livro *Caminhando sobre fronteiras: o papel da educação na vida de adultos migrantes*, resultado de sua tese de doutorado, Fernando Frochtengarten relata uma situação simetricamente inversa. Durante uma visita a Tremedal, município baiano, para conhecer o meio e a família de alguns de seus alunos, o então professor de Ciências Naturais, função que ocupou de 1998 a 2011, acompanhou a coleta do mel de abelhas silvestres. “Minha participação em nada contribuiu com os termos práticos da tarefa. Apenas atentei aos detalhes de um fazer até então inédito para mim”, escreve. “Por outro lado, sei bem o que dizer quando alunos que muito mel já extraíram na vida perguntam sobre a organização social da colmeia”, continua, chamando atenção para “o aperto entre os conhecimentos e as práticas do sertanejo em oposição à separação entre o saber e o fazer vigente na cidade.”

Se a relação entre o repertório dos alunos e as habilidades e os conhecimentos trabalhados na escola é um dos pontos que mais geram reflexão quando o assunto é a prática pedagógica, a EJA tem duas razões importantes para fazer disso o centro de sua proposta. É o que explica a edição 2020/2021 do Plano pedagógico do Santa Cruz no capítulo dedicado ao curso: em primeiro lugar, cabe à escola ampliar o repertório de seus alunos, e não tentar ocupar o lugar de outros saberes acumulados; segundo, tratando-se de alunos com histórias de vida quase sempre marcadas por privação ou subalternidade, a escola deseja se tornar um lugar onde a igualdade é experimentada, aprendida e vivenciada. “A educação de jovens e adultos também tem este papel: fazer o aluno descobrir a escola, reconciliar-se com a escola. O aluno acha a escola muito distante dele; é ameaçadora, é o lugar do que não se sabe”, afirma Orlando.

Para Sérgio Haddad, a visão tradicional de escola que os alunos traziam no início do curso, baseada na disciplina e na punição, foi se

dissolvendo diante de suas conquistas: “Estranhavam que a gente passava filme, que as pessoas se sentavam em círculos – uma série de coisas que depois foram verificando que era importante, porque a escola ia se tornando um lugar de libertação de fala, de argumentação, de ganho de consciência”. Para isso colaborava o envolvimento dos estudantes em questões que estavam para além da escola, como a ocasião em que se mobilizaram para demandar uma melhor oferta de ônibus no horário de saída de aula ou os grupos de discussão entre trabalhadores de uma mesma categoria profissional, realizados no dia 1º de maio. “Quando se juntam educação e a cultura que está no cotidiano das pessoas – e aí a cultura tem a ver com transporte, com trabalho, com festas –, o caráter institucional da escola vai se flexibilizando e se adaptando”, comenta Haddad. Para Orlando, um dos resultados desse tipo de escola era a influência sobre o envolvimento do aluno: “A pressão para ir à escola às vezes é externa, às vezes interna. A pessoa trabalha, tem família e ‘ainda’ tem que estudar. Às vezes, o cara chega com essa visão e descobre que é um lugar gostoso, onde pode se divertir, fazer amizades, ter vida social. Descobre que o que aprende serve para alguma coisa”.

Para Orlando, um projeto pedagógico democrático contempla uma função importante da EJA: promover a reconciliação do aluno com a escola.

Embora no início do curso este fosse o perfil dominante, não é apenas de adultos trabalhadores que se compõe a EJA: com as mudanças legislativas relacionadas à educação e as transformações da realidade do país, também o alunado foi se modificando. A primeira alteração importante diz respeito à duração mínima da escolaridade no Brasil. Até 1971, apenas o Ensino Primário (atual Ensino Fundamental 1) era obrigatório a todos; a partir de então, a obrigatoriedade aumentou de



quatro para oito anos, incorporando também o Ginásio (atual Ensino Fundamental 2). Desde 2010, quando o Ensino Fundamental passou a se iniciar aos 6 anos de idade, são nove os anos mínimos que uma brasileira ou um brasileiro devem passar na escola. “Quando o primeiro grau completo se tornou obrigatório, os alunos começaram a empacar na 5ª série e, depois de muitas repetições, iam para o ensino noturno”, comenta Orlando, que vê nesse momento um dos grandes desafios enfrentados. “Como à noite o Santa era uma escola de adultos, não havia bedel, apenas o diretor, a secretária e os professores que estavam em sala com os alunos. Os adolescentes eram uma turma totalmente diferente. E os moleques eram moleques: começou a ter briga no corredor, a gente não tinha essa experiência”, lembra-se.

## Acolhimento

Neusa Maria dos Santos, atual supervisora de apoio administrativo dos Cursos Noturnos que assumiu a secretaria em 1996, descreve o perfil do diretor como calmo e discreto. Uma de suas principais lembranças é de uma festa junina em que haviam decidido fazer pipocas para os alunos. “Compramos milho, sal e óleo, e alguém ficou de trazer a pipoqueira. Foi um caos! A pipoqueira não era grande, o trabalho não rendia, as crianças ficavam em volta querendo as pipocas. A gente não dava conta! Orlando assumiu o controle da preparação da bendita pipoca. Fim de festa... muito cansaço. E o braço do Orlando vermelho – eu diria que com a pele um pouco queimada, ardendo por causa do calor da pipoqueira. E ele lá, firme, dizendo: ‘Ótimo! Deu tudo certo!’”.

Os problemas disciplinares eram dos poucos que o tiravam do sério. Neusa se lembra de uma ocasião em que duas alunas saíram da escola para brigar: “Aquele dia ele ficou bravo. Muito bravo mesmo. Ele trouxe essas meninas e falou um monte. Mas ele era mais amor do que briga, tinha uma relação bem tranquila com os alunos. Poucas vezes o vi bravo, mas, se alguma situação exigisse mais firmeza ou energia, ele agia dessa

maneira também”. Até mesmo em sala as intervenções poderiam ser necessárias, como narra Orlando: “Imagine uma senhora, empregada doméstica, religiosa, ao lado de adolescentes que falavam palavrão, coisas cabeludas. Dava uma confusão e você precisava aproximar essas duas partes. Eu dizia muito para esse adolescente: algumas pessoas têm muita dificuldade. Por que você não se senta lá e ajuda ela? É muito mais útil, o seu prestígio cresce, é até capaz de você ter mais facilidade para arranjar namorada”.

Não eram só os conflitos que levavam o diretor do curso a conversar com estudantes. O ex-aluno Sacha Band, que concluiu o Ensino Médio em 2007, conta como Orlando o ajudou a superar as dificuldades enfrentadas inicialmente. Ele entrou no Santa aos 25 anos, depois de estudar em escolas especiais e particulares para pessoas com deficiência, em esquemas de ensino nos quais se relacionava individualmente com o professor. “Então eu tinha medo de enfrentar uma escola comum, de conviver na escola com outras pessoas”, ele conta, acrescentando: “Eu me lembro do Orlando como uma pessoa muito acolhedora. Ele foi para mim meio que um psicólogo – não em relação aos meus problemas pessoais, mas a coisas relacionadas à escola. Quando eu estava com ansiedade, achando que não conseguiria fazer as coisas, eu ia falar com ele. Ele dava uma paz, era uma pessoa muito sábia”. Para o ex-aluno, que se tornou funcionário do Sesc e hoje está aposentado, esse acolhimento contrastava com a visão hierárquica que normalmente se tem de um diretor. “A gente acha que, quando você vai para a diretoria, é porque você foi chamado, está acontecendo alguma coisa de errado. E nem sempre é isso.”

Lembrança semelhante é contada pela artesã Maria Virginia Rodrigues, também ex-aluna, que frequentou a EJA e, depois, o curso técnico em Administração, saindo do Santa Cruz em dezembro de 2017. “O professor Orlando – vou falar assim porque para mim ele vai ser sempre o ‘professor’ Orlando – tinha um carinho... Se você estivesse passando no corredor, ele olhava para o seu rosto, percebia algo e perguntava:

‘Está tudo bem, Maria? Vamos lá na minha sala’. Daqui a pouco você começava a chorar, ele conversava com você. Era um carinho especial por cada aluno.” Ela chegou ao Colégio por indicação de uma amiga e ex-aluna, após tornar-se vítima de uma fraude: havia completado o Ensino Médio em um curso supletivo pago, cujo certificado não tinha validade legal. No Santa, entrou na fase indicada pela avaliação inicial de seus conhecimentos e habilidades, retornando a uma etapa equivalente ao Ensino Fundamental. “Foi a melhor experiência que eu tive na minha vida”, ela conta. “Tudo o que não havia entendido na vida inteira, lá eu aprendi do zero. Abri a minha mente”, completa, acrescentando que as saídas e os estudos do meio mudaram sua relação com a cidade de São Paulo, onde nasceu. Duas experiências marcantes foram a visita ao Theatro Municipal e a viagem a Itu. Hoje, além de procurar visitar museus e espaços culturais com mais frequência, ela se considera outro tipo de observadora: “Eu olho para as construções em Pinheiros, os desenhos, as geometrias, e fico pensando na época em que foram construídos”.

Atento às demandas e dificuldades aos alunos, Orlando era um diretor que se fazia sempre presente – sobretudo nas saídas escolares que adorava acompanhar.

As saídas escolares, aliás, são menção obrigatória para definir o perfil de Orlando como diretor. Pato diz que ele ia “sempre contente, alegre, com um sorriso no rosto” aos estudos do meio. Luciana Ferraz conta que ele “não perdia um”. Maria Virgínia de Freitas, a professora de História Magi, que entrou em 1981 e ficou por 39 anos, até se aposentar, relata: “Nas inúmeras saídas que a gente fazia, ele estava sempre junto, numa

relação muito horizontal com os alunos, com a gente, sempre curtindo, desfrutando, aproveitando. Não estava fechado na sua sala de direção, mas muito conectado, muito atento aos estudantes, às suas histórias”. Essa atenção, ela destaca, se beneficiava também de uma capacidade de memorização “inacreditável”. Nos conselhos de classe, quando se discutia a situação dos alunos, Orlando, já como diretor, sabia sempre do que os professores estavam falando. “Ele se lembrava de situações de quando o aluno estava em outro ciclo e muitas vezes as trazia para a conversa, pontuando questões.”

## Confirmação

Após a entrada no Santa, foram dez anos trabalhando em ritmo intenso, que envolvia não apenas a preparação das aulas e dos materiais, mas ainda as reuniões, as formações. Nesse período, Orlando lecionou também em outras escolas e, a partir de 1981, começou a trabalhar, com Haddad, com formação de professores no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). Até que o cansaço e as dúvidas chegaram e, em 1986, ele decidiu aproveitar a licença não remunerada a que tinha direito, permanecendo afastado da escola por um ano. “Eu estava cansado, ligeiramente desmotivado – sentia que as discussões não iam para a frente – e muito ocupado”; por isso, aproveitou o momento de pausa para pensar qual lugar gostaria que a escola ocupasse em sua vida. “Quando fica um pouco chateado, você se pergunta: será que não é hora de ir embora? Não precisa trabalhar no mesmo lugar por 30, 40 anos. Você não precisa ter um único trabalho como professor. Naquela época já era assim”, pondera, contando ter tido “um ano sem nada de excepcional na minha vida”. Sua filha, Julia, havia nascido em 1983: “Eu ia para casa quase todo dia à noite, na hora de pegá-la na escola. Foi um período mais tranquilo para mim pessoalmente, de menos cansaço”, relata.

Até que 1987 chegou e ele decidiu retornar, mas não para a sala de

aula. Aceitou o convite de Sérgio Haddad para se tornar coordenador do ciclo equivalente ao Ensino Fundamental 1, função que desempenhou até 1990, quando assumiu a direção do curso. Após o agito e o experimentalismo da fase de criação, a EJA estava entrando em uma fase de consolidação, e também o Colégio estava se transformando, em um processo de desclericalização. Em 1992, padre Corbeil se aposentou e Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães se tornou diretor geral. “Luiz Eduardo gostava de dizer que a EJA já trazia o problema e a solução juntos. A gente não tinha muito trabalho com o curso”, conta Fábio Aidar, na época vice-diretor. Acompanhando as reuniões do Conselho Pleno desde 1989, caracteriza as participações de Joia como ponderadas e articuladas: “Quando assumi a direção geral, em 2010, o Orlando tinha muita experiência na escola, e eu sempre o ouvia muito. Ele tinha um papel importante nessa mesa de direção, porque era uma pessoa mais experiente. Quando ele pedia a palavra – em geral ele era o último a se pronunciar –, os diretores paravam para escutá-lo. Era uma voz de referência para mim, em questões desde gestão de pessoas até reformas, construções”, conta Aidar.

Orlando se afastou do Santa Cruz em 1986 e ao longo de um ano ponderou se desejava manter a ligação com o Colégio. Voltou como coordenador.

A capacidade de examinar, refletir e avaliar seria decisiva para uma recente e importante mudança: a criação dos cursos técnicos em 2012, que ampliou a oferta de cursos noturnos. Coordenada por Fernando Frochtengarten, a iniciativa procurou atender uma realidade de analfabetismo em queda no Brasil, acompanhada pela conseqüente redução

de matrículas de alunos no Ensino Fundamental 1. O desafio era dar a uma formação profissionalizante a marca de um projeto pedagógico como o do Santa Cruz. “A gente foi se dando conta de que o bom trabalhador de nível técnico não é só o cara que entende de contabilidade, ou que sabe fazer um plano de negócios, um cadastro de fornecedores”, explica o então coordenador, que passou a trabalhar de maneira bastante próxima com a direção da EJA, isto é, com Orlando e Kappa. “Aos poucos, a gente foi sacando – e Orlando foi genial nisso – que, para essas pessoas se colocarem no mercado, era necessário desenvolver a oralidade, dominar minimamente ferramentas de linguagem, conseguir trabalhar em grupo, se organizar, organizar a rotina – coisas que também são formação profissional.”

## Deixa que eu ajudo

Havia um lugar, para além da sala de direção, onde se reuniam e entravam em ação as principais características de Orlando – a capacidade de organização e gestão, a disposição para o trabalho, o conhecimento de normas e leis relacionadas à educação, a experiência como datilógrafo, o respeito por todos os tipos de trabalho e o interesse pela história dos alunos: a secretaria. “Ele tinha uma paixão, um xodó pelos trabalhos de secretaria. Ele ficava muito aqui dentro e, depois de alguns anos, começou a ficar mais ainda”, conta Neusa, que precisava insistir para que ele, em vez de ajudar no processo de inscrição e matrícula de novos alunos, se mantivesse ausente da escola durante o período de férias. “Ele me ensinou tudo: o funcionamento da secretaria, o tipo de aluno com que a gente trabalha, o perfil desses alunos, a necessidade deles, a melhor maneira de atendê-lo, e a parte de documentação mesmo, ou seja, como você trabalha de forma técnica numa secretaria. Mas ele queria estar junto, queria estar ali”, analisa.

Prestativo e produtivo, ele se envolvia também nas tarefas dos pro-

fessores. “A ponto de assumir coisas de professor que estava um pouco sem tempo de fazer e executar, como uma ficha, um material diferente, um caderninho”, conta Neusa, traçando seu perfil: “Ele dizia: ‘Deixa que eu ajudo’ e, quando você via, o negócio já estava pronto”. A generosidade, a disponibilidade e a simplicidade são características que também o atual diretor da EJA reconhece nas atitudes de seu antecessor: “Isso sempre se traduziu na maneira como ele valorizou as minhas práticas. Quando propus fazer com os alunos um guia cultural que se chamava *Bom, fácil e barato*, apresentei ao Orlando as ideias que os alunos tinham trazido. No dia seguinte, ele já trouxe aquilo configurado em um layout, mostrando como poderia ser. Ele sempre dava uma devolutiva, até quando a gente não estava esperando”, relata Frochtengarten.

“Ele nunca era aquele cara do ‘não, não, nada disso’. Pelo contrário: era um diretor que sempre te colocava para cima, queria fazer o melhor pela escola. Você podia chegar com uma ideia maluca. Ele ouvia, balançava a cabeça. Às vezes tinha coisa para rebater na hora, às vezes dizia: ‘Vou pensar, a gente vê lá na frente’”, conta Giba. Já Pato, que contrapõe a inclinação para a utopia, característica de seu trabalho como professor de Arte, ao senso de realidade necessário à direção do curso, recorda-se de um episódio pautado pelo confronto democrático de ideias: “Uma vez nós tivemos uma conversa muito tensa por causa de uma proposta de trabalho que eu escrevi e não foi aceita, porque ele não concordava. Nessa conversa, nós percebemos que éramos dois colegas com profundo respeito um pelo outro e que a gente somava, mesmo com posições divergentes”.

Democrático e generoso, Orlando se mostrava sempre disponível para colaborar nas tarefas dos colegas e dialogar com os professores.

Na aposentadoria, essa disponibilidade lhe dá oportunidades para aplicar sua força produtiva. Permanecendo como sócio da Ação Educativa, associação que continuou o trabalho do Cedi na área da educação, ele é responsável por elaborar as atas das assembleias. “Ele é essa pessoa da gestão da segurança, da documentação, dos registros. Até hoje a gente não conseguiu abrir mão de pedir esse registro a ele”, conta Magi, que iniciou sua colaboração com a entidade ainda no Cedi, em 1986, como assistente de Sérgio Haddad. Conta-se também que há muito tempo Joia faz a declaração anual do imposto de renda de duas professoras – “ainda bem que certos segredos não são vergonhosos, não tem muito problema serem revelados!”, comenta, divertido. E, como um trabalho ocasional, socorre estudantes de pós-graduação com problemas na escrita da tese de doutorado ou dissertação de mestrado.

No início de uma das entrevistas realizadas para este perfil, ele exhibe na câmera do computador uma folha toda dividida em pequenos retângulos, no interior dos quais se organizam figuras coloridas e traços pretos curvilíneos. Trata-se de uma tabela de katakana, um dos sistemas de escrita japoneses. “A gente se diverte se alfabetizando”, ele confessa, em meio a uma conversa que se torna também uma aula sobre história e cultura japonesa. Trata-se de um trânsito constante entre a posição de professor e a de aluno: quando o assunto é literatura, ele se diz ignorante em poesia, para então apresentar uma análise bonita e sensível de um poema difícil como “Il porto sepolto”, do italiano Giuseppe Ungaretti. Interessado nos assuntos mais diversos, parece sempre neles mergulhado – e disposto a compartilhar suas descobertas.

Orlando acaba de concretizar uma importante consequência de um desses mergulhos. Desde que a filha decidiu pedir o reconhecimento da cidadania italiana, ele envolveu-se com a história da família paterna. Descobriu cartas enviadas entre 1904 e 1909 da Itália a seu avô – que havia chegado ao Brasil em 1901, com a mulher e três filhos –, decifrou a caligrafia com a ajuda de serviço especializado, traduziu ele mesmo o



conteúdo e redigiu uma carta aberta à sua família, na qual transcreve as cartas e sua tradução, comenta aspectos da história da família, faz algumas observações analíticas e menciona a visão de estudiosos sobre o tema. Dominando já o idioma, tinha viagem marcada para a cidade de seus antepassados, Maschito, adiada por conta da emergência sanitária. E, para desfazer um equívoco comum à época da migração de seus avós, modificou oficialmente seu sobrenome para o original italiano, passando agora a se identificar como Orlando Gioia.

“Eu achava bonito o sobrenome dele. Brincava que Joia não era só nome, era ele na pessoa dele, sendo essa joia que ele era”, comenta Neusa. Talvez agora, para decifrá-lo, seja preciso apenas um esforço a mais de tradução.



## Série “Santa Cruz de perfil”

Orlando Joia: professor, diretor e sempre aluno

### **Projeto Editorial**

Alejandro Miguelez  
Fábio Marinho Aidar

### **Projeto Gráfico e diagramação**

Caracol Design

### **Redação**

Luisa Destri

### **Revisão**

Tainá Zaine Sandroni

### **Foto de capa**

Fernando Perelmutter

### **Impressão**

Aildo Carlos Oliveira Santos  
Fredson Ribeiro de Sousa

*Para a elaboração deste perfil, foram entrevistadas as seguintes pessoas: Fábio Aidar, Fernando Frochtengarten, Giba Pamplona, Luciana Marques Ferraz, Maria Virgínia de Freitas, Maria Virginia Rodrigues, Neusa Maria dos Santos, Oswaldo Kappa Suzuki, Orlando Joia, Pato Papaterra, Sacha Band e Sérgio Haddad.*

# Série “Santa Cruz de Perfil”

## Edições publicadas

### **Padre José Amaral de Almeida Prado**

Sacerdote da esperança, educador de minúcias  
(setembro de 2015)

### **Padre Roberto Grandmaison**

Fermento na massa  
(setembro de 2016)

### **Padre Paul-Eugène Charbonneau**

O boxeador que ensinava a pensar  
(setembro de 2017)

### **Padre Lourenço Roberge**

Razão, fé e sensibilidade  
(setembro de 2018)

### **Padre Lionel Corbeil**

Pragmático sonhador  
(novembro de 2019)

### **Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães**

O educador que inventou o futuro  
(dezembro de 2020)

### **Lucy Sayão Wendel**

Química do caráter, pedagogia da persistência  
(junho de 2021)

### **Wagner Pittelkow**

O multiplicador de memórias  
(setembro de 2021)

### **Sylvio Nepomuceno**

O matemático à procura de uma onça  
(dezembro de 2021)

### **Malu Montoro**

Um olho na educação, outro na cidadania  
(maio de 2022)

### **Marília Morello**

Uma educadora de portas abertas  
(junho de 2022)

### **Eneida de Toledo Pereira**

A supervisora que fazia a escola funcionar  
(julho de 2022)

### **Clóvis Moreno**

Paixão e harmonia em sons e formas  
(agosto de 2022)

### **Orlando Joia**

Professor, diretor e sempre aluno  
(agosto de 2022)

